

Homologado em 4/10/2013

(DOU nº193 sexta-feira, 4 de outubro de 2013, Seção 1, Página 57)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia (SETEC/ MEC)		UF: DF
ASSUNTO: Consulta sobre a autonomia de instituições privadas de Educação Superior para oferta de cursos técnicos de nível médio		
RELATOR: Francisco Aparecido Cordão		
PROCESSO: 23001.000019/2013-74		
PARECER CNE/CEB Nº: 3/2013	COLEGIADO: CEB	APROVADO EM: 20/2/2013

I – RELATÓRIO

Em 15 de janeiro de 2013, foi protocolado neste Conselho Nacional de Educação, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), o Ofício nº 050/2013, pelo qual o Secretário da SETEC/MEC, Marco Antonio de Oliveira, expõe e solicita o seguinte:

No último dia 5 de dezembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 593, que altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante.

O art. 1º da referida Medida Provisória inclui o art. 6º-A na Lei nº 12.513/2011, que passa a considerar as instituições privadas de ensino superior como ofertantes de cursos técnicos de nível médio por meio da Bolsa-Formação Estudante do Pronatec. Na tramitação para aprovação da Medida Provisória estava previsto um artigo específico que concedia autorização para a criação e oferta de cursos técnicos de nível médio às instituições privadas de ensino superior que possuem Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) igual ou superior a 3 (três) e que atuem em curso de graduação no mesmo eixo tecnológico ou área do curso técnico a ser ofertado.

Entretanto, quando da publicação da referida Medida Provisória, houve uma falha de encaminhamentos que resultou na supressão do artigo que tratava da concessão de autorização às instituições privadas de ensino superior para a criação e oferta de cursos técnicos de nível médio.

Dessa forma, solicitamos, com urgência, emissão de parecer por esta Câmara de Educação Básica quanto à autonomia para criação e oferta de cursos técnicos de nível médio por instituições privadas de ensino superior habilitadas pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 6º-A da Lei nº 12.513/2011.

Mérito

A Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que teve como base no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, definiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cujo parágrafo único do seu art. 2º define que *as instituições de Educação Profissional e Tecnológica, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos da formação inicial e continuada ou qualificação profissional para o trabalho, entre os quais estão* incluídos os cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando-se a matrícula à capacidade de aproveitamento dos educandos e não necessariamente aos correspondentes níveis de escolaridade.



Anaceu - Associação Nacional dos Centros Universitários
SCS, Quadra 7, Bloco A, nº 100 - Salas 803 e 805
Edifício Torre do Pátio Brasil. Brasília - DF - CEP: 70.307-901
Telefones: (61) 3321-5535 / 3322-9408
www.anaceu.org.br
anaceu@anaceu.org.br

De acordo com o art. 3º da referida Resolução, a *Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica. Ela possibilita a avaliação, o reconhecimento e a certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos e os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, observadas as normas do respectivo sistema de ensino para a modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.*

O art. 19 dessa Resolução dispõe que o *Ministério da Educação manterá atualizado o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos organizado por eixos tecnológicos, para subsidiar as instituições educacionais na elaboração dos perfis profissionais de conclusão, bem como na organização e no planejamento dos cursos técnicos de nível médio e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio. Entretanto, serão permitidos cursos experimentais, não constantes do Catálogo, devidamente aprovados pelo órgão próprio de cada sistema de ensino, os quais serão submetidos anualmente à CONAC ou similar, para validação ou não, com prazo máximo de validade de 3 (três) anos, contados da data de autorização dos mesmos.*

Os planos dos cursos Técnicos de Nível Médio, nos termos do art. 20 da mencionada Resolução, *coerentes com os respectivos projetos político-pedagógicos, são submetidos à aprovação dos órgãos competentes dos correspondentes sistemas de ensino, contendo obrigatoriamente, no mínimo:*

- I - identificação do curso;*
- II - justificativa e objetivos;*
- III - requisitos e formas de acesso;*
- IV - perfil profissional de conclusão;*
- V - organização curricular;*
- VI - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores;*
- VII - critérios e procedimentos de avaliação;*
- VIII - biblioteca, instalações e equipamentos;*
- IX - perfil do pessoal docente e técnico;*
- X - certificados e diplomas a serem emitidos”.*

Em 26 de outubro de 2011, foi aprovada a Lei nº 12.513/2011, que instituiu o *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.*

São objetivos específicos do PRONATEC, de acordo com o preceito legal:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e Tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio público, por meio da articulação com a Educação Profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica.



Anaceu - Associação Nacional dos Centros Universitários
SCS, Quadra 7, Bloco A, nº 100 - Salas 803 e 805
Edifício Torre do Pátio Brasil. Brasília - DF - CEP: 70.307-901
Telefones: (61) 3321-5535 / 3322-9408
www.anaceu.org.br
anaceu@anaceu.org.br

De acordo com o art. 2º da referida Lei, o PRONATEC atenderá prioritariamente:

I - estudantes do Ensino Médio da rede pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos;

II - trabalhadores;

III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e

IV - estudante que tenha cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

O art. 3º da Lei em questão, na redação dada pela Medida Provisória nº 594/2012, define que o PRONATEC cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de **instituições privadas de ensino superior** e de instituições de Educação Profissional e Tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei. (Grifos do Relator)

O art. 4º da citada Lei define que o PRONATEC será desenvolvido por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras:

I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica;

II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de Educação Profissional;

III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;

IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades:

a) Bolsa-Formação Estudante; e

b) Bolsa-Formação Trabalhador;

V - financiamento da Educação Profissional e Tecnológica;

VI - fomento à expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação a Distância;

VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;

VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos institutos públicos federais, estaduais e municipais de educação; e

IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego.

A Bolsa-Formação Estudante, de acordo com Medida Provisória nº 593/2012, será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

O art. 5º da Lei nº 12.513/2011 define que para os fins desta Lei, são consideradas modalidades de Educação Profissional e Tecnológica os cursos:

I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; e II - de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.



Anaceu - Associação Nacional dos Centros Universitários
SCS, Quadra 7, Bloco A, nº 100 - Salas 803 e 805
Edifício Torre do Pátio Brasil. Brasília - DF - CEP: 70.307-901
Telefones: (61) 3321-5535 / 3322-9408
www.anaceu.org.br
anaceu@anaceu.org.br

É definido, também, que os cursos referidos no inciso I serão relacionados pelo Ministério da Educação, devendo contar com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas. Os cursos referidos no inciso II submetem-se às Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como às demais condições estabelecidas na legislação aplicável, devendo constar do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, organizado pelo Ministério da Educação”.

A Medida Provisória nº 593/2012 determina, ainda, que o montante dos recursos a ser repassado para as bolsas-formação corresponderá ao número de vagas pactuadas por cada instituição de ensino ofertante que serão posteriormente confirmadas como matrículas em sistema eletrônico de informações da Educação Profissional mantido pelo Ministério da Educação, observada a necessidade de devolução de recursos em caso de vagas não ocupadas. Determina, também, que os valores das bolsas-formação concedidas correspondem ao custo total do curso por estudante, incluídas as mensalidades, encargos educacionais, e o eventual custeio de transporte e alimentação ao beneficiário, vedada cobrança direta aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço.

De acordo com a mencionada Medida Provisória, a execução do PRONATEC poderá ser realizada por meio da concessão das bolsas-formação de que trata a alínea “a” do inciso IV do caput do art. 4º da Lei nº 12.513/2011, aos estudantes matriculados **em instituições privadas de ensino superior e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio**, nas formas e modalidades definidas em ato do Ministro de Estado da Educação. (grifos do Relator). Essas instituições privadas de ensino superior e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio deverão:

I - aderir ao PRONATEC com assinatura de termo de adesão por suas mantenedoras; II - habilitar-se perante o Ministério da Educação; e

III - atender aos índices de qualidade acadêmica e outros requisitos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação”.

Essa habilitação, no caso da instituição privada de ensino superior, estará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

I - atuação em curso de graduação em áreas de conhecimento correlatas à do curso técnico a ser ofertado ou aos eixos tecnológicos previstos no catálogo de que trata o § 2º do art. 5º; e

II - excelência na oferta educativa comprovada por meio de índices satisfatórios de qualidade, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação”.

Essa mesma habilitação, no caso da instituição privada de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estará condicionada ao resultado da sua avaliação, de acordo com critérios e procedimentos fixados em ato do Ministro de Estado da Educação, observada a regulação pelos órgãos competentes do respectivo sistema de ensino.

Para as citadas habilitações, o Ministério da Educação definirá eixos e cursos prioritários, especialmente nas áreas relacionadas aos processos de inovação tecnológica e à elevação de produtividade e competitividade da economia do País.

Ainda de acordo com a mesma Medida Provisória, o valor da bolsa-formação concedida na forma do art. 6º-A será definido pelo Poder Executivo e seu pagamento será realizado, por matrícula efetivada, diretamente às mantenedoras das instituições privadas de ensino superior e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, mediante autorização do estudante e comprovação de sua matrícula e frequência em sistema eletrônico de informações da Educação Profissional mantido pelo Ministério da Educação.

Para tanto, o Ministério da Educação deverá avaliar a eficiência, eficácia e efetividade da aplicação de recursos voltados à concessão das bolsas-formação e as mantenedoras das instituições privadas de ensino superior e das instituições privadas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio deverão disponibilizar as informações sobre os beneficiários da bolsa-formação concedidas para fins da avaliação (...), nos termos da legislação vigente, observado o direito à intimidade e vida privada do cidadão.

A aludida Medida Provisória determina, ainda, que a denúncia de qualquer termo de adesão não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiário da Bolsa-Formação Estudante, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, nos seguintes termos:



Anaceu - Associação Nacional dos Centros Universitários
SCS, Quadra 7, Bloco A, nº 100 - Salas 803 e 805
Edifício Torre do Pátio Brasil. Brasília - DF - CEP: 70.307-901
Telefones: (61) 3321-5535 / 3322-9408
www.anaceu.org.br
anaceu@anaceu.org.br

O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão ao PRONATEC sujeita as instituições privadas de ensino superior e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio às seguintes penalidades:

I - impossibilidade de nova adesão por até três anos, sem prejuízo para os estudantes já beneficiados; e

II - ressarcimento à União do valor corrigido das Bolsas-Formação Estudante concedidas indevidamente, retroativamente à data da infração, sem prejuízo do previsto no inciso I.

As normas gerais de execução do Pronatec por meio da concessão das bolsas- formação aos estudantes matriculados em instituições privadas de Educação Superior e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio serão disciplinadas em ato do Ministro de Estado da Educação, que deverá prever, de acordo com a Medida Provisória nº 593/2012:

I - normas relativas ao atendimento ao aluno;

II - obrigações dos estudantes e das instituições;

III - regras para seleção de estudantes, inclusive mediante a fixação de critérios de renda, e de adesão das instituições mantenedoras;

IV - forma e condições para a concessão das bolsas, comprovação da oferta pelas instituições e participação dos estudantes nos cursos.

V - normas de transferência de curso ou instituição, suspensão temporária ou permanente da matrícula do estudante;

VI - exigências de qualidade acadêmica das instituições de ensino;

VII- mecanismo de monitoramento e acompanhamento das bolsas concedidas pelas instituições, do atendimento dos beneficiários em relação ao seu desempenho acadêmico e outros requisitos; e

VIII - normas de transparência, publicidade e divulgação relativas à concessão das Bolsas-Formação Estudante”.

A supracitada Medida Provisória define, ainda, que *compete ao Ministério da Educação a habilitação de instituições para o desenvolvimento de atividades de educação profissional realizadas com recursos federais, nos termos do regulamento.*

Tanto a Lei nº 12.513/2011, quanto a Medida Provisória nº 593/2012 são bastante claras em seus objetivos e proposições em relação à importância da valorização do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) para o Brasil. A proposta apresentada pela SETEC/MEC em termos de autonomia das instituições privadas de Educação Superior devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 6º-A da Lei nº 12.513/2011, com a redação dada pela Medida Provisória nº 593/2012, que possuam Índice Geral de Cursos Avaliados (IGC) da instituição igual ou superior a 3 (três) e que atuem em cursos de graduação do mesmo eixo tecnológico ou área do curso ofertado, tem plenas condições de ser aceita por este Colegiado, à luz do presente Parecer.

Obviamente, os cursos e programas desenvolvidos no âmbito do PRONATEC, em especial aqueles desenvolvidos por instituições de Educação Superior, deverão ter sua oferta adequadamente avaliada, tanto do ponto de vista institucional, quanto da efetiva aprendizagem e desempenho dos alunos. Além disso, os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio desenvolvidos por instituições de Educação Superior deverão ser considerados no âmbito dos ciclos avaliativos dessas instituições, nos termos da Lei nº 10.861/2004 e do Decreto nº 5.773/2006.

Esta Câmara de Educação Básica já apreciou matéria similar em relação às instituições e Centros Universitários públicos, manifestando-se favoravelmente, razão pela qual proponho a substituição da expressão “instituições privadas de Educação superior” pela expressão “instituições de Educação Superior”.



Anaceu - Associação Nacional dos Centros Universitários
SCS, Quadra 7, Bloco A, nº 100 - Salas 803 e 805
Edifício Torre do Pátio Brasil. Brasília - DF - CEP: 70.307-901
Telefones: (61) 3321-5535 / 3322-9408
www.anaceu.org.br
anaceu@anaceu.org.br

II – VOTO DO RELATOR

À vista do exposto, nos termos deste Parecer, considera-se a proposta apresentada pela SETEC/MEC em condições de se autorizar as instituições de Educação Superior para a oferta de cursos técnicos de nível médio e no âmbito dos respectivos itinerários formativos, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 6/2012, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio), desde que essas instituições de Educação Superior sejam devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 6º-A da Lei nº 12.513/2011, com a redação dada pela Medida Provisória nº 593/2012, que possuam Índice Geral de Cursos Avaliados (IGC) da instituição igual ou superior a 3 (três) e que atuem em cursos de graduação do mesmo eixo tecnológico ou área do curso ofertado como técnico de nível médio e respectivos itinerários formativos. A SETEC/MEC, em regime de colaboração com as instituições de Educação Profissional e Tecnológica do sistema federal de ensino e dos sistemas estaduais de ensino, deverá avaliar a qualidade dos cursos ofertados e programas desenvolvidos, nos termos do art. 39 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.

Brasília, (DF), 20 de fevereiro de 2013.

Conselheiro Francisco Aparecido Cordão – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Básica aprova por unanimidade o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2013.

Presidente da Câmara – Raimundo Moacir Mendes Feitosa Vice-Presidente da Câmara –
Maria Izabel Azevedo Noronha

Ministério da Educação
DESPACHO DO MINISTRO
Em 3 de outubro de 2013

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação **HOMOLOGA o Parecer nº 3/2013**, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, considerou a proposta apresentada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC em condições de se **autorizar as instituições de educação superior para a oferta de cursos técnicos de nível médio** e no âmbito dos respectivos itinerários formativos, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 6/2012, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio), desde que essas instituições de educação superior sejam devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 6º-A da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com a redação dada pela Medida Provisória nº 593, de 5 de dezembro de 2012, que possuam Índice Geral de Cursos Avaliados (IGC) da instituição igual ou superior a 3 (três), e que atuem em cursos de graduação do mesmo eixo tecnológico ou área do curso ofertado como técnico de nível médio e respectivos itinerários formativos. **E acrescentou que a SETEC/MEC**, em regime de colaboração com as instituições de educação profissional e tecnológica do sistema federal de ensino e dos sistemas estaduais de ensino, **deverá avaliar a qualidade dos cursos ofertados e programas desenvolvidos, nos termos do art. 39 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012**, conforme consta do Processo nº 23001.000019/2013-74.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA

(DOU nº193 sexta-feira, 4 de outubro de 2013, Seção 1, Página 57)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012013100400057